

Governo de MS mantém gastos com pessoal abaixo do limite prudencial

Despesa total com servidores atingiu R\$ 10,9 bilhões, o equivalente a 53,9% da Receita Corrente Líquida

Por Gabriela Couto | 29/04/2025 17:39

ouça este conteúdo

readme



0:00 1.0x



Reunião da Comissão de Acompanhamento de Execução Orçamentária (Foto: Wagner Guimarães)

Em audiência pública realizada nesta terça-feira (29), a Comissão Permanente de Acompanhamento da Execução Orçamentária da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS) apresentou os números referentes à execução orçamentária dos Poderes em 2024.

RESUMO

Nossa ferramenta de IA resume a notícia para você!

LEIA AQUI ✓

O destaque ficou para o cumprimento, por parte do Estado, dos limites legais estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no que diz respeito aos gastos com pessoal.

Segundo o relatório da superintendente de Contabilidade Geral do Estado (SCGE), Oraide Serafim Baptista Katayama, a despesa consolidada com o pagamento de servidores públicos somou R\$ 10,915 bilhões no ano passado, valor que representa 53,90% da Receita Corrente Líquida (RCL), que foi de R\$ 20,25 bilhões. O percentual está abaixo dos limites fixados pela LRF: 60% (máximo), 57% (prudencial) e 54% (de alerta).

referentes ao terceiro quadrimestre de 2024 (setembro a dezembro) e a todo o exercício.

Poder Executivo - O Poder Executivo foi o único a ultrapassar o limite de alerta (44,1%), atingindo 45,20% da RCL com gastos com pessoal, o equivalente a R\$ 9,15 bilhões. Ainda assim, o valor permaneceu abaixo do limite prudencial (46,55%) e do limite máximo (49%) estabelecidos para o Executivo estadual.

Judiciário - O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS) destinou R\$ 1 bilhão aos servidores em 2024, correspondente a 5,12% da RCL. O valor representa crescimento em relação a 2023 (R\$ 940 milhões), mas ainda abaixo dos limites legais (6% máximo, 5,7% prudencial e 5,4% de alerta).

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-MS) teve gasto de R\$ 204,2 milhões com pessoal (1,01% da RCL), abaixo dos índices estabelecidos pela LRF (1,32% máximo, 1,25% prudencial e 1,19% de alerta).

O Ministério Público contabilizou R\$ 304,6 milhões em despesas com pessoal (1,50% da RCL), bem abaixo dos limites de alerta (1,80%), prudencial (1,90%) e máximo (2%).

Já a Defensoria Pública apresentou gasto de R\$ 201,2 milhões, o equivalente a 0,99% da RCL, dentro da margem permitida.

Assembleia Legislativa - O secretário de Finanças e Orçamento da ALEMS, Jericó Vieira de Matos, apresentou os números do Legislativo estadual, que registrou despesa líquida com pessoal de R\$ 216,4 milhões, correspondente a 1,07% da RCL. O valor ficou abaixo dos limites da LRF para o Legislativo (1,68% máximo, 1,59% prudencial e 1,51% de alerta).

Receba as principais notícias do Estado pelo Whats. [Clique aqui para acessar o canal do Campo Grande News](#) e siga nossas [redes sociais](#).

Nos siga no  Google News